



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 708, DE 2019

Realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União sobre o motivo do adiamento da divulgação de microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o primeiro semestre de 2020.

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

À Publicação
Em 21/08/2019



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 708 DE 2019



SF/19740.76104-81 (LexEdit*)

Requeremos, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize fiscalização sobre o o motivo do adiamento da divulgação de microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o primeiro semestre de 2020 bem como avalie os riscos e prejuízos decorrentes do atraso

Página: 1/4 21/08/2019 11:02:40

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do levantamento mais detalhado sobre os padrões de consumo dos brasileiros. Baseado nessa pesquisa, o IBGE atualiza a cesta de itens do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – este o medidor oficial da inflação no Brasil. Também a POF é usada para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que baliza reajustes salariais de trabalhadores.

Dada sua relevância, a divulgação do resultado POF 2017/2018 é aguardada por diversos atores sociais. No entanto, a publicação dos primeiros resultados previstos para julho, agora está prevista para outubro de 2019; e a da

c547478774d660779cb04452c452131773e5d7c4

Recebido em 21/8/19

Hora 19:26

R



“Pesquisa de Orçamentos Familiares: aquisição alimentar domiciliar per capita”, apenas para primeiro semestre de 2020[1].

O adiamento é motivo de muita preocupação. No que se refere ao campo tributário, economistas já se manifestam sobre a prejudicialidade da falta dos números justamente no momento em que a reforma tributária começa a ser debatida entre Governo, Congresso Nacional e sociedade[2]. Na explicação trazida pela professora da Universidade Federal de Pernambuco, Rozane Bezerra de Siqueira, "Para fazer qualquer análise de incidência tributária - quem paga os impostos no Brasil -, precisamos desses dados da estrutura de consumo das famílias, porque quase metade da tributação no Brasil é imposto sobre consumo". Ela também argumenta que dados mais recentes fazem falta para avaliar com precisão os efeitos redistributivos da reforma tributária[3]. Em suma, a Pesquisa de Orçamentos Familiares é de suma importância para estudos de mensuração da carga indireta de impostos e da regressividade do sistema tributário, temas essenciais para um sistema tributário justo.

No campo econômico, a POF, por refletir na composição da cesta de produtos do índice oficial de inflação no país, deveria ser realizada em intervalos mais curtos, atualizando o perfil de consumo da população e trazendo maior precisão na medida. O adiamento anunciado vai na contramão disso. Cálculos feitos pelo economista e pesquisador-associado do IBRE/FGV, Bráulio Borges, apontam que a falta de aprimoramento metodológico do IPCA pode levar à superestimação do índice entre 0,2 a 0,4 ponto percentual[4]. Superestimar a inflação, dentre outros impactos na economia, tende a levar ao aumento da taxa Selic para atingir a meta de inflação; à redução de consumo pelas famílias; e ao aumento no custo na remuneração de títulos públicos, como o NTN-B.

Por fim, deve-se levar em conta que, o atraso em índices oficiais pode levar ao caos administrativo. Políticas públicas devem ser elaboradas com base em estatísticas confiáveis. No caso da POF, esta é de suma importância para



SF/19740.76104-81 (LexEdit*)

Página: 2/4 21/08/2019 11:02:40

c547478774d660779cb04452c452131773e5d7c4

uma boa gestão do Ministério da Economia. E o risco de atrasos de divulgação e também de ingerências na metodologia no cálculo de índices oficiais não pode ser menosprezado no atual Governo. Não foram poucas as amostras de descaso, repulsa e críticas infundadas dadas pelo próprio Presidente da República, o Senhor Jair Bolsonaro, a institutos oficiais de pesquisas e estatísticas. Inclusive, o chefe do Executivo Federal chegou a fazer perigosa e agressiva crítica em relação à pesquisa desemprego do IBGE: “Vou querer que a metodologia para dar o número de desempregados seja alterada no Brasil, porque isso daí é uma farsa[5]”. Além do discurso de ameaça à necessária independência das estatísticas e autonomia metodológica, o IBGE sofreu relevante corte em seu orçamento. Esse quadro aponta para dificuldades na adequada atuação desse órgão essencial ao Brasil, que é o IBGE.

[1] <https://www.ibge.gov.br/calendario-estudos-e-pesquisas-estruturais-e-especiais>

[2] <https://www.valor.com.br/brasil/6389811/adiamento-de-pesquisas-do-ibge-preocupa-economistas>

[3] <http://www.clipping.abinee.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=300806&sid=6>

[4] <https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-impacto-da-pof-201718-sobre-o-ipca>

[5] <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/bolsonaro-usa-informacoes-incorretas-ao-criticar-indicador-de-desemprego-no-pais.shtml>



SF/19740.76104-81 (LexEdit*)

Página: 3/4 21/08/2019 11:02:40

c547478774d660779cb04452c452131773e5d7c4

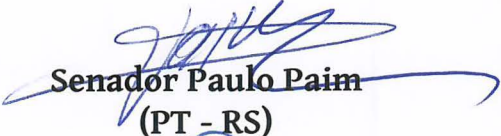


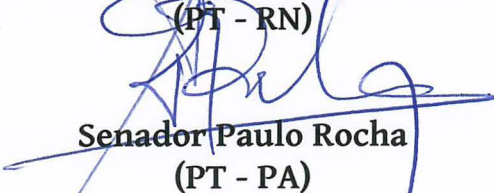
Requeremos, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado, ao Tribunal de Contas da União, que realize fiscalização sobre o o motivo do adiamento da divulgação de microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o primeiro semestre...

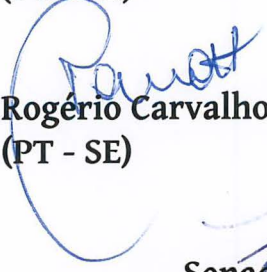
Sala das Sessões, 16 de agosto de 2019.

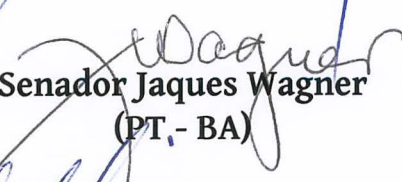

Senador Humberto Costa
(PT - PE)

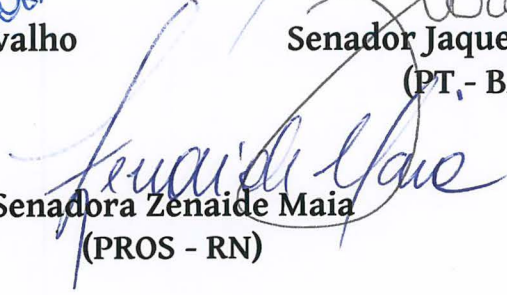

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)


Senador Paulo Paim
(PT - RS)


Senador Paulo Rocha
(PT - PA)


Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)


Senador Jaques Wagner
(PT - BA)


Senadora Zenaide Maia
(PROS - RN)



SF/19740.76104-81 (LexEdit*)

Página: 4/4 21/08/2019 11:02:40

c547478774d660779cb04452c452131773e5d7c4

